



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMIRO BRAGA

Rua Joana Claudina, 329 - Centro - CEP: 36126-000

Telefax: (32) 3284-1750

CNPJ: 18.338.129/0001-70 e-mail:

gabinete@belmirobraga.mg.gov.br

LEI Nº 639 DE 07 DE AGOSTO DE 2024.

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO

EM: 07 / 08 / 2024

MUNICÍPIO DE BELMIRO BRAGA

“Autoriza o Poder Executivo a conceder o direito real de uso de bem imóvel integrante do patrimônio do Município de Belmiro Braga-MG e dá outras providências”

Faço saber que a Câmara Municipal de Belmiro Braga, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito real de uso de bem imóvel integrante do patrimônio público Municipal, com uma área total de 832,35 m², onde se encontra construído um galpão com 670,00 m², que possui as seguintes características e confrontações: perímetro se inicia no **ponto 01**, deste segue pela **linha da lateral esquerda** com um ângulo de 165°35'35" e uma distância de 40,46 metros até o **ponto 2**, confronta neste segmento com quem de direito, deste segue pela **linha da frente** com um ângulo de 255°15'12" e uma distância de 20,57 metros até o **ponto 3**, confronta nesse seguimento com a Rua Projetada, deste segue pela **linha da lateral direita** com um ângulo 345°35'35" e uma distância de 40,46 metros até o **ponto 4**, deste segue pela **linha de fundos** com um ângulo de 75°35'35" e uma distância de 20,57 metros até o ponto 1, onde teve o início essa descrição, confronta nestes dois seguimentos com quem de direito.

Art. 2º - A Concessão de direito real de uso de bem imóvel prevista no art. 1º desta Lei, será concedida para empresa de direito privado, que atue no ramo de alimentação e que se sagrar vencedora em processo de licitação instaurado de acordo com as regras definidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 3º - As condições de participação, critérios e demais requisitos deverão estar estabelecidas no Edital de Licitação na forma e condições exigidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º - A concessão de direito real de uso será feita pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser renovado por igual período;

CONFERE COM O ORIGINAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMIRO BRAGA

Rua Joana Claudina, 329 - Centro - CEP: 36126-000

Telefax: (32) 3284-1750

CNPJ: 18.338.129/0001-70 e-mail:

gabinete@belmirobraga.mg.gov.br

Parágrafo único: Independente do termino do prazo da concessão, caso a empresa titular do contrato de concessão de uso de direito real, encerre suas atividades, o imóvel retornará ao Município, com a posse de todas as benfeitorias realizadas e sem nenhum ônus ao erário.

Art. 5º - O imóvel descrito no artigo anterior corresponde a um galpão com as características definidas no art. 1º desta lei e que será objeto de celebração do contrato de concessão de direito real de uso.

Art. 6º - Para fins de atendimento do disposto nesta Lei o imóvel descrito no art. 1º, fica desafetado para os fins de direito, viabilizando assim a concessão de direito real de uso em favor de empresa privada citada nesta lei.

Art. 7º - A concessão de direito real de uso será efetivada mediante a celebração de contrato administrativo, devendo ainda ser feito o competente registro junto ao Cartório de Imóveis desta Comarca para os fins de atendimento dos preceitos legais.

Art. 8º - A pessoa jurídica titular da concessão do direito real de uso, deverá iniciar a implantação do empreendimento no prazo de 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato administrativo, sob pena de reversão da posse do imóvel ao Município a critério do Poder Executivo.

Art. 9º - A entidade concessionária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel objeto da concessão a que se refere esta Lei, após a celebração do contrato administrativo mencionado no art. 7º desta Lei.

Parágrafo único: A Concessionária obriga-se ainda ao fiel cumprimento dos encargos e obrigações gerais relativos à concessão de direito real de uso, estipuladas no Edital e também nesta Lei.

Art. 10 - Resolve-se a concessão antes de seu término se a concessionária der ao imóvel destinação diversa da estabelecida no Edital ou descumprir cláusula resolutória do ajuste, perdendo as benfeitorias que houver feito no imóvel.

Art. 11 - Ficará sob a responsabilidade da empresa titular do contrato de concessão de direito real de uso a obrigação de providenciar a documentação necessária para a liberação e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMIRO BRAGA

Rua Joana Claudina, 329 - Centro - CEP: 36126-000

Telefax: (32) 3284-1750

CNPJ: 18.338.129/0001-70 e-mail:

gabinete@belmirobraga.mg.gov.br

funcionamento junto aos órgãos responsáveis, arcando com o pagamento das despesas correspondentes.

Art. 12 - A empresa titular do contrato de concessão de direito real de uso, ainda deverá arcar com despesas com escritura e o registro do contrato celebrado com o Município.

Art. 13 - Fica reservado ao Município o direito de fiscalizar, quando julgar necessário, as obras e instalações da Concessionaria no imóvel referido no artigo 1º desta Lei.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmiro Braga, 07 de agosto de 2024.


JOSÉ PAULO DE OLIVEIRA FRANCO
Prefeito Municipal

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO
EM: 07 08 2024
MUNICÍPIO DE BELMIRO BRAGA